



ABASTECENDO ESCOLAS

Agricultura familiar é alternativa para transição agroecológica

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

GENTE, EMPRESAS, CAMPO & LAVOURA



Agro

BRASIL S/A

ENTREVISTA
JÚLIO RAMOS

RECORDE DE NOVOS MERCADOS

Com ampliação de
parcerias comerciais,
Brasil expande
exportações do
Agronegócio

ANO XXVIII | MAIO
EDIÇÃO 34 | R\$ 8,90



INTERNET RURAL

CRA analisa criação de política
de conectividade no campo





Você sabe como funciona o
CONTROLE DE ACESSO?

Recordes de exportação



Esta edição da Agro Brasil traz uma entrevista de fôlego com o secretário-adjunto de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária, na qual aborda especialmente as políticas de exportações brasileiras e, por consequência, a abertura de novos mercados para os produtos agropecuários do país.

O secretário-adjunto Júlio Ramos faz um relato promissor das investidas do governo federal, por meio do Ministério da Agricultura e Pecuária, que têm permitido alcançar recordes atrás de recordes na abertura de mercado, e do papel dos adidos do setor nas embaixadas brasileiras no exterior.

Ainda nesta edição, uma série de matérias mostra a importância da agricultura familiar, inclusive como fornecedora de produtos para a alimentação escolar, além dos projetos que primam pela preservação ambiental.

Boa leitura.

João Orozimbo Negrão
Coordenador Editorial do Grupo Rede de Mídias

ÍNDICE | Maio 2024

04 | BASTIDORES DA REPÚBLICA | João Pedro Marques

06 | ENTREVISTA | Júlio Ramos

18 | AGRICULTURA FAMILIAR

22 | MERENDA ESCOLAR

24 | REFORMA AGRÁRIA

26 | CONECTIVIDADE NO CAMPO

27 | EMISSÕES DE METANO

28 | ESTABILIDADE NO CAMPO

29 | LAVOURAS INUNDADAS

30 | OPINIÃO | Bernardo Pires,
Pedro Moré Garcia e
Bernardo Rudorff



Alimentos processados: Brasil se consolida como líder global na exportação

A Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) anunciou que o Brasil alcançou o topo como maior exportador de alimentos processados do mundo em volume em 2023, com um aumento significativo de 11,4% nas exportações para 190 países. O presidente da entidade, João Dornellas, em entrevista ao site Jota, descreveu o Brasil como o "supermercado do mundo". O setor de alimentos e bebidas processados registrou um faturamento total de R\$ 1,16 trilhão, um aumento de 7,2% em relação ao ano anterior, dos quais, R\$ 310 bilhões vieram das exportações, representando uma alta de 5,2% em comparação com 2022. Dornellas informou que 73% da produção é destinada ao consumo interno, enquanto 23% são exportados. Os principais importadores são a Ásia (43%), seguida pelos países árabes (16,4%) e a União Europeia (14,6%).



Divulgação



Divulgação

Suco de laranja, carnes e café solúvel entre os produtos mais exportados

Entre os produtos brasileiros mais destacados estão o suco de laranja, açúcar, carnes bovina e de aves, café solúvel e óleo de soja. Apesar das preocupações com as condições climáticas que podem afetar a produção este ano, Dornellas expressou confiança de que o Brasil manterá sua posição como líder nas exportações, prevendo um crescimento de 2,5% nas vendas. Dornellas atribuiu à indústria de alimentos um papel fundamental no controle da inflação no país, destacando a contribuição para tornar os alimentos mais acessíveis ao consumidor brasileiro. Ele ressaltou dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mostrando uma deflação nos alimentos processados, em contraste com a alta nos alimentos in natura, enfatizando a estabilidade de preços proporcionada pela indústria.



Divulgação

Biocombustível pode reduzir em mais de 90% a fumaça preta de veículos

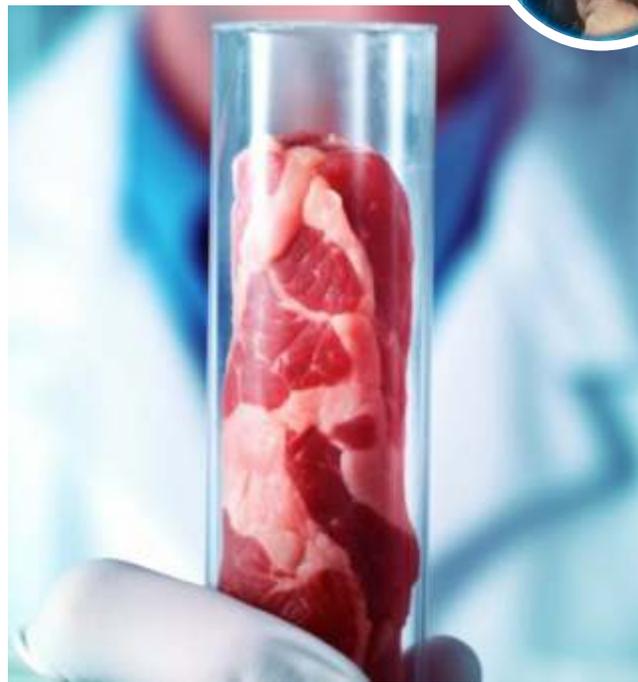
Um estudo importante, realizado pela Universidade de Málaga (UMA), da Espanha, em colaboração com o Future Power Systems Group da Universidade de Birmingham, Reino Unido, focou em como o uso de biocombustível pode reduzir significativamente a fumaça emitida por veículos. Em especial, sem comprometer o desempenho do motor. A pesquisa revelou que ao misturar biocombustível oxigenado com diesel em uma proporção de 20%, foi possível diminuir a emissão de fuligem – a fumaça preta produzida pelos veículos – em mais de 90%. Os resultados foram publicados na revista científica Fuel.



Divulgação

Flórida não quer nem saber de carne feita em laboratório

“Vamos salvar a nossa carne”. Foi com essas palavras que o governador da Flórida assinou uma lei que proíbe a fabricação e a venda da carne cultivada em laboratório no estado. Por que ele fez isso? A ideia é focar os investimentos nos criadores de gado locais e proteger a pecuária de alternativas que ainda não são conhecidas pelo grande público. A agricultura é um grande negócio na Flórida. O estado é o 9º maior produtor de carne bovina dos EUA, e a sua indústria local movimenta US\$ 900 milhões todos os anos.



Divulgação

Carne artificial não caiu no gosto dos consumidores americanos

Embora tenha sido aprovada para consumo no país em 2022, a carne de laboratório nunca chegou a ser vendida nos mercados americanos nem conquistou consumidores. Dois restaurantes começaram a servir carne cultivada no país no ano passado, mas pararam logo depois pela baixa demanda e incertezas sobre segurança alimentar. No mundo, só Singapura e Israel comercializam o produto para consumo. A carne de laboratório surgiu como uma alternativa mais sustentável de alimentação, sendo feita a partir da extração de células de um animal vivo – sem a necessidade do abate.

DITO & FEITO

“As fake news acabam atrapalhando muito, porque paramos de fazer o que estamos fazendo para tentar responder a um vídeo montado de forma a tentar enganar a população. Quando botes, viaturas param para abastecer, eles filmam para dizer que os equipamentos estão parados. Isso é desleal, lamentável e atrapalha todo o trabalho.”

Do general de Brigada **Marcelo Zucco**, do Comando Militar do Sul, que coordena as equipes de salvamento na tragédia do Rio Grande do Sul

“Não quero que vocês votem em mim nunca mais. Vocês votem em quem vocês quiserem, e eu vou mandar todos vocês à merda.”

Do prefeito do município de Cantagalo, **Guga de Paula** (PP).

“Está em linha com o que eu, de fato, esperava, eu entendia que eram duas posições técnicas respeitáveis, e a ata deixou claro que os argumentos de lado a lado eram pertinentes e defensáveis.”

Do ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**, sobre a ata do Copom, que definiu a nova taxa de juros





'Um recorde de 112 novos mercados para o agronegócio brasileiro'

Em entrevista exclusiva ao portal RDMNews, **Júlio Ramos**, secretário-adjunto de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária, afirma que o governo Lula devolveu a credibilidade para a agricultura brasileira no mundo

Por **Humberto Azevedo**

“**E**m 2024, nós já batemos o nosso próprio recorde de 2023. Nós tivemos o melhor janeiro de todos os tempos, tivemos o melhor bimestre de todos os tempos, o melhor trimestre de todos os tempos e o melhor quadrimestre de todos os tempos”, afirma o secretário-adjunto de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária, Júlio Ramos, nesta entrevista exclusiva ao portal RDMNews.

Júlio Ramos destaca que o cenário da agricultura brasileira lá fora é hoje completamente diferente, melhor e sem comparações do atual momento com a gestão anterior, que, segundo ele, isolou o país e prejudicou enormemente os negócios dos empresários do setor agropecuário nos últimos quatro anos.

TRAGÉDIA CLIMÁTICA NOS

Durante a entrevista, o secretário-adjunto de Comércio de Relações Internacionais falou também da mais grave tragédia climática pela qual o estado do Rio Grande do Sul está passando.

“Todo mundo aqui está se empenhando ao máximo. Hoje [terça-feira, 7 de maio, data da presente entrevista] passamos a manhã inteira nos reunindo com o pessoal da Farsul [Federação

dos Sindicatos Rurais patronais da Agricultura], do Rio Grande do Sul. É uma situação gravíssima”, alertou. “Estamos falando no estado, que tem produção, que tem uma mão de obra importante na agricultura, então não vamos ter desabastecimento, não vamos ter como fazer chegar o alimento, é um trabalho muito grande”, afirmou demonstrando preocupação com a situação gaúcha.

CONVÍVIO COM A NATUREZA

Júlio Ramos falou ainda que os produtores rurais sabem da necessidade de conciliação com o meio ambiente e com a natureza mais do que ninguém: “O produtor sabe muito bem que, se não cuidarmos da questão das mudanças climáticas, ele planta, mas não colhe. O que temos que fazer é combater estas narrativas e mostrar ao mundo que se a gente não pensasse em melhorar a nossa produção, a nossa qualidade, com menos área. Por exemplo, o feijão. A nossa produção de feijão é igual a de dez anos atrás só que num espaço, numa questão de território, 50% menor. Por quê? Porque a gente acredita nesta transformação. Quando a gente fala em floresta em pé, a gente está falando em discutir crédito de carbono para os países verem no Brasil essa possibilidade também”.

Abaixo segue a íntegra da entrevista:



“A agricultura do Brasil está cada vez mais presente na balança comercial brasileira. Quase 50% daquilo que formata a balança comercial, um quarto do PIB [Produto Interno Bruto], 20% dos empregos, são provenientes da agricultura”

RDM News – Por favor, faça uma avaliação do mercado internacional para exportações brasileiras.

Júlio Ramos – Perfeito, 2023 foi um ano de reconstrução. Foi o ano em que o Brasil voltou a dialogar com o mundo. Esse é o grande ponto. Quando o presidente Lula se elege, faz a indicação de seu ministério, inclusive, do ministro Carlos Fávaro, que começa a fazer uma série de missões internacionais que mais do que nada é construir relações, onde o Brasil esteve sempre muito bem-posicionado. O Brasil sempre foi um país respeitado mundialmente, que sempre se sentou à mesa para discutir diversos assuntos. E nós ficamos durante quatro anos sem ter essa representatividade. E, fora isso, não participamos de fóruns de debates internacionais. Sequer a gente era convidado. Hoje o Brasil tem

posição, é convidado a participar e discutir temas nos fóruns internacionais.

O Brasil pagou uma dívida de quatro anos que ficamos devendo para esses organismos internacionais. Então, nós voltamos a ter esta relação, voltamos a ter esse posicionamento. Ao longo de 2023 foram mais de 30 missões internacionais. O ministro Fávaro e o secretário Roberto Peroza [secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária] foram como verdadeiros mascates pelo mundo e isso deu resultado. Em 2023 quebramos o recorde do saldo da balança comercial, aumentamos em R\$ 7 bilhões as nossas exportações.

A agricultura do Brasil está cada vez mais presente na balança comercial brasileira. Quase 50% daquilo que formata a balança comercial, um quarto

do PIB [Produto Interno Bruto], 20% dos empregos são provenientes da agricultura e mais do que isso: voltamos a abrir mercados e, ao abrir mercados, estamos falando não só em aumentar exportações, estamos falando em dar oportunidade para as empresas expandirem seus negócios e, mais que isso, gerar emprego. Quando ela produz mais, está gerando mais empregos e se ela gera emprego, gera renda, riqueza e garante que as pessoas tenham comida na mesa, tenham acesso à educação, saúde, enfim, a outros tipos de meios que não teria.

A agricultura do Brasil, ao longo dos anos se transformou, através de ciência, pesquisa, e de muito investimento, o peão antes ganhava R\$ 1.200,00 e hoje ganha R\$ 7.000,00 para pilotar uma colheitadeira.

A relação internacional do Brasil hoje é diferente. Neste ano de 2023, um ano de reconstrução, abrimos 78 novos mercados. Então, nada resiste ao trabalho! Óbvio que nós estamos falando em não ter preguiça, de querer construir essas relações. Por exemplo, nós conseguimos finalizar uma negociação de 20 anos com o México. E quando a gente fala de algodão no mundo, a gente lembra do Egito. Nós somos um dos poucos países que vendem algodão para



o Egito. É o Brasil! E outros tantos produtos. O ano de 2023 foi um ano de voltar, o Brasil voltou! De um reposicionamento comum com estas 78 aberturas em todos os continentes, Ásia, África, Oceania, Américas, Europa. O Brasil voltou a ter relações com o mundo.

E quando você consegue abrir o mercado, são três fatores que são incontestáveis. Primeiro, a credibilidade internacional. Segundo, o cumprimento dos requisitos sanitários – o Brasil já mostrou para o mundo que os nossos requisitos sanitários são rígidos, eficientes, por isso, os nossos produtos são de qualidade e nós somos sustentáveis. Nós temos hoje uma lei, um Código Florestal, que é um dos mais duros, mais rígidos e rigorosos do mundo. E nós temos muito orgulho disso. Nós somos exemplo para o mundo nesta questão. Você estão vendo as discussões na Europa hoje, que não chega nem perto daquilo que a gente faz. Então, nós somos sustentáveis, nós temos qualidade dos nossos produtos com questões sanitárias e também temos confiança do mundo nestes produtos. Estamos num momento único de aumento de oportunidades, que no fim vão gerar empregos, vão gerar renda e vão gerar desenvolvimento.

“Nós temos qualidade dos nossos produtos com questões sanitárias e também temos confiança do mundo nestes produtos. Estamos num momento único de aumento de oportunidades, que no fim vão gerar empregos, vão gerar renda e vão gerar desenvolvimento”

RDM News – E já há algum dado sobre aberturas de novos mercados, em 2024?

Júlio Ramos – Já. Em 2024 nós já batemos o nosso próprio recorde de 2023. Nós tivemos o melhor janeiro de todos os tempos, tivemos o melhor bimestre de todos os tempos, o melhor trimestre de todos os tempos e o melhor quadrimestre de todos os tempos. Nós já abrimos hoje [terça-feira, 7 de maio], nós estamos falando do mês de maio, 34 novos mercados. Devemos ter mais novidades. Mas já são 34 novos mercados. Em 2023, nós chegamos a 34 mercados em agosto e nós estamos em maio, e maio nem começou. Então, as perspectivas são muito grandes. A gente fala que são 34 novos mercados em 2024, com 78 de 2023, que dão 112 desta nova gestão em 16 meses.

RDM News – Uma crítica que se fazia no passado, isso nos anos 90, era que não adianta ter muitos mercados se eles não são de intensos volumes de troca comercial. Esses novos mercados abertos de 2023 para cá são de qualidade, ou são apenas quantidade com pouco impacto na balança comercial?

Júlio Ramos – São mercados importantíssimos. E quando a gente fala de mercados importantíssimos, são mercados que o próprio setor identifica. Quando o setor, por exemplo, de proteína animal identifica uma possibilidade, ele vem nos cutucar e o Ministério faz todo um trabalho para criar essa condição para aí entrarem negociações tarifárias, negociações sanitárias e negociações políticas também. Então, também tem muito protecionismo entre os países. As aberturas de mercado são muito em



“Hoje nós temos 29 adidos agrícolas nas embaixadas. O presidente Lula e o ministro Fávaro estão no projeto de expandir estas lideranças. E querem expandir porque mostra que dá resultado; 70% destes mercados abertos, nestes anos de 2023 e 2024, é porque existe um adido agrícola lá trabalhando em prol do Brasil”

cima, ou quase que 100%, no mínimo 90%, em cima de demanda do setor privado que quer expandir. E aí tem um número legal que é assim: 70% destas aberturas são provenientes de países onde existe uma liderança agrícola. Hoje nós temos 29 adidos agrícolas nas embaixadas. O presidente Lula e o ministro Fávaro estão no projeto de expandir estas lideranças. E querem expandir porque mostra que dá resultado, 70% destes mercados abertos, nestes anos de 2023 e 2024, é porque existe um adido agrícola lá trabalhando em prol do Brasil. E é assim.

Tem muita oportunidade! Por exemplo, eu falei que abrimos o mercado do Egito e lá é um mercado de pescados, que movimentou meio bilhão de dólares. Nós abrimos o mercado de pescado no Egito, nas Filipinas, na África do Sul, na

Austrália. Eu não falei em nenhum país pequeno. São países importantes. Abrimos também em Marrocos. Marrocos tem uma população de pet muito grande e é um mercado a ser conquistado. É muita coisa.

Conseguimos habilitar em um único dia 38 plantas frigoríficas para a China. Nunca antes na história deste país houve 38 habilitações num único dia. Nós anunciamos agora, e o ministro se pronunciou dias atrás, 13 aberturas num único dia de abertura na Turquia. Então, é só o começo. E na Turquia, nós estivemos lá há dois meses em reuniões bilaterais. Isso é reflexo de trabalho, de confiança. O presidente Lula – nós temos sempre que ressaltar isso -, a confiabilidade do mundo perante o presidente Lula. Quando a gente chega a um país e fala de Brasil, as pessoas falam com

muito orgulho daquilo que veem essa transformação para o Brasil.

E mais do que isso: as mudanças que o mundo vai discutir na questão da segurança alimentar, que é chegar em 2050 com 9,5 bilhões de habitantes e nós precisamos alimentar toda essa gente. A transição energética e hoje o Brasil tem o combustível mais limpo do mundo, que é o etanol. E a transição da biotecnologia da bioeconomia, todas estas três passam pelo Brasil de qualquer jeito. Seja pela nossa extensão territorial, seja pela questão climática, seja pela questão de ciência e tecnologia e por aquilo que a gente já tem. Então esses temas vão precisar ser discutidos com o Brasil.

Essa questão de combate à insegurança alimentar não é só querer vender, é poder proporcionar para um país que hoje também não tem acesso à proteína. E quando a gente faz a comparação de quanto o brasileiro come de proteína animal, quanto o europeu come e quanto o africano como, é um negócio irrisório. A gente está falando de três quilos por ano, enquanto a gente come 100, 150. Na Europa se comem 80, 90. Então, é levar a essas pessoas acesso a alimento de boa qualidade também.

Eu lembro que quando estava na Secretaria de Educação em São Paulo,



em que eu era coordenador de Infra-estrutura, apareceu um negócio lá de quererem instituir as 'segundas-feiras sem carne' e tal. Aí eu falei: "meu amigo, para 60% dos alunos da rede pública de ensino do estado de São Paulo a única refeição do dia é dentro da escola. Eu, um reles mortal, não posso tomar uma decisão de cercar de uma criança o direito a comer carne uma vez por semana. Eu não posso". Então, quando a gente fala em segurança alimentar é dar acesso para que as pessoas tenham uma comida de qualidade na mesa. Acho que o Brasil tem esse papel.

RDM News – O primeiro-ministro do Japão visitou recentemente o Brasil. Qual foi o resultado desta visita?

Júlio Ramos – O Japão é um importante parceiro comercial. Se não me falha a memória, no ano de 2023, nós exportamos quase R\$ 4 bilhões. E, agora, depois do anúncio de alguns estados do Brasil livre de febre aftosa sem vacinação, a gente passa a discutir com o Japão e a Coreia do Sul poder entrar no mercado que a gente não conseguia entrar antes, que é levar proteína animal para eles – pois o Brasil hoje é o grande player do mundo.

Hoje a gente lidera seis culturas

“O ano de 2023 foi um ano de voltar, o Brasil voltou! De um reposicionamento comum com estas 78 aberturas em todos os continentes. Ásia, África, Oceania, Américas, Europa. O Brasil voltou a ter relações com o mundo”

agrícolas, entre elas, a carne bovina. Essa discussão e essa conquista que o Brasil teve de um trabalho de 50 anos de erradicar a febre aftosa sem vacinação nos dão a possibilidade de discutir não só com o Japão, mas também com a Coreia, com o próprio Canadá e com países que têm essa política. Se a gente quer vender, a gente tem que se adequar a elas. E hoje nós estamos num ponto em que estamos em condições de nos sentar à mesa com qualquer um desses países e negociar.

Fora isso, nós temos outros assuntos que já vinham sendo discutidos e que nós vamos, agora, dia 20 de maio, para o Japão numa série de reuniões bilaterais com o governo japonês – onde vamos discutir assuntos também de fruticultura, de outras proteínas, como proteína suína. É um grande mercado, onde o

Brasil sempre esteve presente e que a gente acredita que após esta visita do primeiro-ministro ao Brasil, óbvio que tem também pedidos, contrapartidas, da parte deles e esse é o mundo das boas relações. Não adianta a gente só querer vender, tem que saber comprar. A gente vai lá, fazer estas discussões e voltar com boas notícias não só para o Brasil, mas também para o Japão. Eu acredito muito nesta relação bilateral. Esse governo acredita muito nisso.

Então, nós vamos para lá, que já é um resultado desta visita do primeiro-ministro e a expectativa é muito grande. E de lá a gente segue para a China para uma das maiores feiras do mundo, em Xangai, e na sequência na Cosban, em Pequim, com a presença do próprio ministro Fávaro e do vice-presidente Geraldo Alckmin, onde a gente vai



“A gente está na expectativa de ter boas notícias para o Brasil com a China, que é o nosso maior parceiro comercial. País que a gente vendeu, em 2023, US\$ 100 bilhões. É um país importante, em que o Brasil tem boas relações, reconstruiu relações e nós vamos para lá para tentar trabalhar e voltar ao Brasil com boas notícias”

discutir vários assuntos, entre eles, 15 pontos relacionados à agricultura. A gente está na expectativa de ter boas notícias para o Brasil com a China, que é o nosso maior parceiro comercial. País para o qual a gente vendeu, em 2023, US\$ 100 bilhões [aproximadamente R\$ 516 bilhões]. É um país importante, com o qual o Brasil tem boas relações, reconstruiu relações e nós vamos para lá para tentar trabalhar e voltar ao Brasil com boas notícias.

RDM News – Ainda sobre a questão da febre aftosa, quais são os estados que hoje têm selo de livre da doença sem vacinação?

Júlio Ramos – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, alguns municípios de Mato Grosso, Rondônia e Acre e os outros em processo. Por isso se fez este

pronunciamento deste anúncio. E devemos, agora, de novo. Quando a gente apresenta na Organização Mundial de Saúde Animal que o Brasil faz o protocolo em que somos livre da aftosa, sem vacinação. Então, é uma marca importante para o Brasil, nos coloca num outro patamar de discussão com países que têm isso como requisito. É como eu falei, se a gente quer vender, a gente tem que se adequar. Muitas vezes, estes pré-requisitos – não é o caso da febre aftosa, mas muitos países colocam pré-requisitos por questões protecionistas para proteger o próprio mercado interno. E se a gente quer vender e se consegue se adequar, nada mais justo que fazer esse trabalho.

RDM News – Mas, de concreto, o que saiu desta visita do primeiro-ministro

do Japão ao Brasil?

Júlio Ramos – Nós vamos pleitear e, agora, como estamos livres da questão da febre aftosa sem vacinação, o acesso ao mercado de proteína, vamos discutir também pleitos que já existem junto ao Japão na questão do setor da fruticultura. Então, nós vamos tentar finalizar estas negociações, que já existem. É um mercado importantíssimo. Se a gente conseguir acessar esse mercado, não só pela relação bilateral, mas pelo nosso produto de qualidade, pela questão sanitária, pela questão das conformidades que o Brasil conseguiu fazer nesses anos. A gente conseguir vender para o Japão, para a Coreia do Sul, mostra o quanto o Brasil preza pela qualidade, pela eficiência.

RDM News – E como está a situação das nossas commodities, produtos manufaturados e o acesso deles aos mais diversos mercados do mundo?

Júlio Ramos – Soja, algodão, milho. Eu acho que o complexo soja sempre foi o grande limiar e destaque nas últimas balanças comerciais. O que a gente viu neste último mês foi um crescimento de outras áreas, como o açúcar, café, suco de laranja e como a própria proteína – que são itens em que os preços têm



melhorado. Nós estamos num momento muito bom de diversificação.

O Brasil aprendeu a diversificar a sua produção. Hoje a gente consegue fazer três safras em determinadas regiões: safra, safrinha e safrão. A gente consegue plantar coisas que eram impensáveis. Por exemplo, produtos que a gente poderia fazer só lá na região norte, e estamos fazendo no sul e sudeste do país. A gente tem plantação de cacau no interior de São Paulo. Plantamos uva em regiões do Nordeste.

Isso mostrou que o Brasil escolheu sua vocação. Sua vocação é da agricultura, e, claro, para chegar a esse lugar, é preciso investir em ciência, em pesquisa, tecnologia e aí teve o trabalho da Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária], tem os trabalhos das universidades, que mostraram que dá para fazer mais com menos. O programa de recuperação de pastagens degradadas, que nós vamos ter oportunidade de recuperar uma área que corresponde ao tamanho da França, que são 40 milhões de hectares em áreas que hoje consomem cinco vezes mais água do que uma área normal, áreas que produzem muito pouco e que poderiam produzir muito mais sem desmatar uma árvore. O Programa de recuperação de

“O Brasil aprendeu a diversificar a sua produção. Hoje a gente consegue fazer três safras em determinadas regiões: safra, safrinha e safrão. Hoje a gente consegue plantar coisas que eram impensáveis. Por exemplo, produtos que a gente poderia fazer só lá na região norte, e estamos fazendo no sul e sudeste do país”

pastagens vai recuperar, por exemplo, e eu vou dar um número fácil para ser compreendido. Se pegar lá 100 hectares que tinham 50 cabeças de gado, com essas mesmas cabeças de gado se consegue fazer em 20% destes 100 hectares. Os outros 80 hectares, se consegue fazer plantação de grãos, de florestas, produtos agrofloretais.

Ou seja, vamos integrar pecuária com lavoura, com floresta, com grãos e o que é mais incrível de tudo: nós vamos aumentar nossa produção de alimentos sem desmatar um pé de árvore. Mais do que isso: nós vamos deixar de emitir carbono para neutralizar carbono. Porque, quando se transforma esta área apta numa área produtiva, você tem mato, tem verde, tem produção de fotossíntese. Então, o Brasil está preparado para esta transição energética,

climática e a gente entende que não se tem nenhuma competição entre produzir combustível ou alimento. Nós conseguimos fazer os dois porque nós temos espaço para isso.

Hoje a produção do Brasil já é para atender um bilhão de pessoas e a gente tem a possibilidade com esse programa de dobrar essa produção de alimentos. Então, queremos mostrar ao mundo que nós, além de já sermos sustentáveis, podemos mais ainda. Podemos ser um grande pulmão do mundo neutralizando carbono. Porque quando a gente fala em aumentar a produção, eu preciso melhorar a estrutura logística, capacitar a mão de obra, enquanto isso eu estou desenvolvendo a cidade, as pessoas.

Estamos criando empregos e renda. Hoje o estado de Mato Grosso, por exemplo, tem um dos maiores índices de



“Nós podemos ser um grande pulmão do mundo neutralizando carbono. Porque, quando a gente fala em aumentar a produção, eu preciso melhorar a estrutura logística, capacitar a mão de obra, enquanto isso eu estou desenvolvendo a cidade, as pessoas”

desenvolvimento humano do país. Passou o Sul e o Sudeste. E é do que? Agricultura. Então, agricultura é uma ferramenta de transformação. Ela não é só o negócio que todo mundo tenta cravar como agronegócio. A agropecuária do Brasil transforma a vida das pessoas, tem impacto social para o desenvolvimento do ser humano, das cidades, da região e do país.

Eu acho que nós estamos num nível aí muito bom para o país, que nós conseguimos reconquistar a nossa confiança do mundo e acessar mercado que antes jamais poderíamos imaginar que a gente ia acessar. E as perspectivas são muito grandes. A gente está com muita negociação, ao mesmo tempo, e a gente está discutindo com grandes países que eu não posso falar para não atrapalhar as negociações que estão

acontecendo neste momento. As perspectivas são muito boas e muito otimistas.

RDM News – Como o Ministério da Agricultura está trabalhando a política de exportações com o programa de reindustrialização, chamada de Nova Indústria brasileira? Como está o processo das agroindústrias neste processo e qual a expectativa da exportação de produtos industrializados, que possuem maior valor agregado?

Júlio Ramos – Inclusive hoje [terça-feira, 7 de maio], neste horário, o ministro Fávaro está reunido com o vice-presidente Geraldo Alckmin para tratar deste programa da reindustrialização do Brasil. A gente acredita que possamos dar valor aos nossos produtos. Claro que não vamos deixar de vender commoditi-

es. A gente também pode transformar essas commodities em produtos. A gente acredita muito nisso. Quando o presidente Lula vislumbra uma reindustrialização, um novo momento para a indústria brasileira, primeiro, óbvio, nós estamos pensando também em agregar valor aos nossos produtos.

Estamos tentando criar possibilidades de criar empregos qualificados. Esse é o grande papel do setor público. É criar condições para que a gente melhore as condições de vida das pessoas e geração de emprego é um destes pontos. A gente vê com muito bons olhos. O nosso ministro tem atuado muito firmemente junto ao ministro e vice-presidente Geraldo Alckmin nesta área, até porque a agricultura pode ser uma grande alavanca nesta reindustrialização e porque a gente acredita que o Brasil pode agregar valor à sua economia. Hoje a gente vê a China como um país que transforma. Eles são muito mais um transformador de produtos, com uma indústria de transformação, do que qualquer outra coisa. Se eles podem, porque a gente não pode também?

O Brasil, em 50 anos, deixou de ser um importador de alimentos e passou a ser um grande exportador de alimentos. Por que não a gente ser um grande player



“A indústria de grãos dá essa possibilidade, o próprio café nos dá essa possibilidade, a própria transformação da laranja também nos dá essa possibilidade. De dez copos de suco de laranja no mundo, sete são oriundos destas commodities que estão no Brasil. O café, a mesma coisa”

na industrialização, produção e fabricação de produtos? Transformar e agregar valor àquilo que a gente já faz tão bem com uma agricultura sustentável, de qualidade e com preço acessível a todo mundo.

RDM News – Em quais aspectos a reindustrialização do país pode propiciar um maior giro e uma maior movimentação para a exportação das nossas agroindústrias?

Júlio Ramos – Nós temos essa condição. A indústria de grãos dá essa possibilidade, o próprio café nos dá essa possibilidade, a própria transformação da laranja também nos dá essa possibilidade. De dez copos de suco de laranja no mundo, sete são oriundos destas commodities que estão no Brasil. O café, a mesma coisa. A gente exporta café para a Alemanha para colocar dentro da cápsula, do café 'Nexpresso', enfim. A gente exporta café para a Colômbia para fazer um mix, um blend de café, que se transforma num café colombiano. Então, o Brasil tem essa expertise.

Agora, se ele conseguir agregar valor transformando estas commodities num

produto final, é maravilhoso. Não vamos tomar o lugar de ninguém. Pelo contrário! Nós vamos agregar valor e ocupar um espaço que não estamos ocupando.

A gente fala muitas vezes, a soja, mas só tem plantação de soja, soja, soja, soja. Só que se esquece que a soja é ração animal, é leite para criança que tem intolerância à lactose e não pode com a proteína do leite de vaca, o leite de proteína animal. Eu tenho um problema em casa, eu tenho um filho que não pode nada que tenha não só a lactose – o problema dele é a proteína do leite. Então a soja não é a plantação de soja que todo mundo fala, a plantação de soja é um mix de produtos que só se consegue fazer através dela. E isso a gente só conseguiu ao longo do tempo, ao longo dos anos, com muito estudo e muita pesquisa. E eu acho que é assim, a reindustrialização nos dá a possibilidade disso, de fazer mais com menos, porque já produzimos.

RDM News – Com relação à soja, parece que tem um mito aí de que se exporta esta commodity para a China em grande maioria para ração animal. Muito do que a China compra a nossa

soja é para produzir shoyu, não?

Júlio Ramos – Dos US\$ 100 bilhões que a gente exporta para a China, 67%, salvo melhor juízo, ou 47%, são de soja. Estamos falando aí de produtos à base de soja, de alimentos. A soja te dá oportunidades inúmeras. A própria cana-de-açúcar. O próprio consumo de shoyu, que é fermentado de soja que os chineses utilizam em substituição ao sal, é muito alto. Sabem qual é a proteína mais consumida no mundo? Peixe. A gente não consegue vislumbrar isso. A gente esquece que países da Ásia consomem muito peixe. A gente não está acostumado. A gente vem de uma cultura em ascensão dentro do Brasil de acesso a peixe. Antes o peixe era comida de rico. Só o rico tinha acesso. Hoje temos cooperativas expandindo as suas produções. E com a produção aumentando a gente dá acesso às pessoas. A gente não pode segregar a pessoa a ter direito a comer algo que só o rico pode. Esse não é o nosso papel. O Brasil vem fazendo essa transformação, essa revolução na agricultura, que é algo que leva acesso a pessoas e oportunidades. Esse é um fator importante. ■



 **MT-251,**
CUIABÁ A CHAPADA
DOS GUIMARÃES

◀◀◀
**PRA
TODO LADO
TEM
RESULTADO** ▶▶▶

**O GOVERNO DE MATO GROSSO
REALIZA O MAIOR PACOTE DE
INFRAESTRUTURA DO PAÍS E
ATÉ 2026 VAI ENTREGAR
5.500 KM DE ASFALTO NOVO**



**Governo de
Mato
Grosso**

Abastecer escolas com agricultura local e familiar é alternativa para transição agroecológica

Para pesquisadores, iniciativa é um passo importante para a transição do modelo agroindustrial vigente para os Sistemas Agroalimentares Alternativos

Por **Ivanir Ferreira**, do Jornal da USP

Em resposta à crise do atual modelo agroindustrial dominante, que produz em larga escala para consumo em massa, o abastecimento de alimentação escolar com produtos frescos e orgânicos oriundos da agricultura local e familiar é uma promessa para uma transição ecológica para novos modelos de produção, os chamados Sistemas Agroalimentares Alternativos (SAA) que causam menor impacto ambiental.

Essa foi a constatação de uma pesquisa da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, feita em parceria com a Université Paris 8 Vicennes-Saint-Denis (França), que analisou duas leis, uma brasileira e outra francesa, de incentivo ao abastecimento sustentável de escolas em várias regiões de São Paulo e Paris.

Os SAA surgiram nos anos 2000 a

partir de reivindicações de movimentos sociais. Segundo a pesquisa, o termo agrupa diferentes iniciativas que se caracterizam por práticas agrícolas de comercialização e de consumo que buscam soluções ante os problemas causados pelo sistema agroindustrial vigente.

A agroecologia, por exemplo, inclui a substituição do uso de agrotóxicos e adubos químicos por insumos naturais e orgânicos em suas produções, e os agricultores devem estar comprometidos com inúmeros procedimentos técnicos que vão desde a conservação do solo, manejo ecológico de pragas e doenças à destinação adequada de resíduos sólidos.

Além da questão agrícola, os SAA propõem a construção social de um mercado orgânico agroecológico, que privilegia agricultores locais e familiares em pequenas propriedades rurais

próximas a grandes regiões metropolitanas, de forma a diminuir a distância entre quem produz e quem consome.

O estudo franco-brasileiro foi baseado na análise comparativa de duas leis promulgadas em 2009 que apoiam a agricultura alternativa, uma do Brasil e outra da França, países agroexportadores e cuja balança comercial tem se mantido equilibrada pelo setor agrícola. Um dos objetivos do estudo foi compreender em que medida as políticas públicas que incentivam o abastecimento sustentável das escolas, implementadas nas duas regiões metropolitanas, contribuem para a mudança do modelo agroindustrial para sistemas agroecológicos alternativos.

Ao analisar as duas leis, a engenheira





Divulgação

“A transição agroecológica pressupõe a mudança do modelo agroindustrial vigente, que produz em larga escala para o consumo em massa, para sistemas agroecológicos alternativos que causam menos impacto ambiental”

agrônoma e autora da pesquisa, Morgane Isabelle Hélène Retière, avaliou que a lei brasileira é mais avançada que a francesa, por trazer orientações mais claras e objetivas sobre a aquisição de produtos locais e orgânicos.

No Brasil, a Lei 11.947, que diz respeito ao programa de alimentação escolar, impõe, por exemplo, que no mínimo 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ligado ao Ministério da Educação, sejam destinados à compra direta da agricultura familiar.

Já na França, a Lei Grenelle 1 é mais genérica e sugere que no mínimo 20% das aquisições nas escolas sejam feitas de produtos orgânicos, bem como daqueles com baixo impacto ambiental,

mas não especifica de que sistemas tais produtos provêm. Na lei francesa, a pesquisadora verificou também que a vinculação entre a alimentação escolar e a política alimentar governamental não aparece de forma tão clara quanto na lei brasileira.

Os textos da política alimentar francesa, ao contrário da lei brasileira, não recomendam explicitamente a redução do consumo de alimentos industrializados, embora se reconheça que os produtos possam conter teores excessivos de açúcar, sal e gordura.

Outra ressalva positiva feita pela pesquisadora em relação à lei brasileira foi a dispensa de licitação pública para a compra de alimentos da agricultura familiar, um processo que, em geral, é



burocrático e demorado, tendo como um dos critérios o menor preço. Pela Lei 11.947, a aquisição dos alimentos pode ser realizada por chamada pública, procedimento administrativo mais rápido, utilizado para firmar parcerias com organizações da sociedade civil, como ONGs. “Na hora da aquisição dos produtos, ficam em primeiro plano outros critérios que não o preço, como a origem geográfica, a produção ecológica e a inclusão social”, diz.

Sobre a trajetória das duas leis, Morgane Retière diz que a brasileira teve origem em movimentos de combate à fome e à desigualdade social, no início dos anos de 1940, foi intensificada após a redemocratização do País e ganhou apoio institucional durante o governo do Partido dos Trabalhadores, em 2003.

Já a lei francesa foi criada a partir do controle de segurança sanitária dos alimentos, principalmente os de origem animal e, a partir dos anos 2000, passou a ter enfoque também no combate à má alimentação do ponto de vista nutricional, que culminou no aumento da obesidade populacional gerada pelo

consumo de alimentos industrializados.

SISTEMA AGROINDUSTRIAL RENOVADO

Por fim, a engenheira agrônoma analisou a implementação dessas leis em nível local. Ela observou que, apesar dos objetivos ambiciosos das leis favoráveis aos sistemas alternativos, as escolas de ambas as regiões (São Paulo e Paris) também recorreram a uma modalidade chamada “sistema agroindustrial renovado”, que são os atacadistas e as grandes cooperativas que funcionavam dentro do modelo do sistema agroindustrial vigente.

A pesquisadora explica que, pelo sistema agroindustrial renovado, apenas uma dimensão alternativa dos SAA é considerada. No caso da França, foi a aquisição de produtos orgânicos, porém, não local; e no Brasil, a compra da agricultura familiar, porém não local. “Esta predominância de lógicas agroindustriais renovadas pode ser explicada pelas características das grandes cidades onde as áreas de produção estão localizadas a uma

distância geográfica significativa, enquanto o setor de alimentação escolar está afastado do mundo agrícola”, diz. “No entanto, muitas estruturas situadas no coração da metrópole poderiam compensar a distância geográfica criando cargos de agentes públicos dedicados especificamente à implementação de sistemas territorializados”, avalia.

“NICHOS VERDES”: POR QUE FAZER TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA?

O Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC-2019) aponta que as atividades agropecuárias e industriais estão entre as principais causas de mudanças climáticas. De acordo com o relatório, se a dinâmica agroindustrial se mantiver no patamar nos próximos anos – promovendo desmatamento, usando indiscriminadamente fertilizantes e agrotóxicos e promovendo monoculturas -, é altamente provável que a insegurança alimentar no mundo se amplifique.



Divulgação

Dinâmicas analisadas pelos estudos sobre SAA

Características do modelo agroindustrial	Efeitos negativos	Resposta dos SAA
Dependência da agricultura em relação aos produtos químicos e ao petróleo	Poluição e degradação dos recursos naturais (água, solo, biodiversidade)	Ecologização das práticas agrícolas
Globalização dos fluxos	Desconexão entre produtores e consumidores; falta de transparência; transporte de longa distância de bens agrícolas (também causa poluição)	Relocalização dos sistemas agroalimentares; circuitos curtos; soberania alimentar
Padronização dos produtos agrícolas, tratados como mercadorias indiferenciadas e calibradas	Pressões sobre a produção agrícola; desperdício estrutural	Diferenciação através da qualidade
Recursos fundiários e produtos agrícolas envolvidos nos mecanismos de reprodução do capital financeiro	Instabilidade dos investimentos; flutuações dos preços dos alimentos; especulação	Agricultura familiar; agricultura camponesa; cooperativas

Fonte: Lamine e Chiffolleau (2018)

“E é nesse contexto que os mercados institucionais como escolas, creches, hospitais, restaurantes populares, sacolão e lar de idosos se tornam alavanca para o desenvolvimento de sistemas agrícolas alternativos, porque apresentam vantagens para os agricultores familiares”

Morgane Retière explica que as políticas públicas (baixos impostos, subsídios, normas específicas) bem estruturadas são essenciais para o desenvolvimento dos “nichos verdes”. “E é nesse contexto que os mercados institucionais como escolas, creches, hospitais, restaurantes populares, sacolão e lar de idosos se tornam alavanca para o desenvolvimento de sistemas agrícolas alternativos, porque apresentam vantagens para os agricultores familiares no que diz respeito à negociação de volumes maiores de produtos, na obtenção de melhores preços e menos tempo nos circuitos curtos entre o produtor e o consumidor”, diz.

CARACTERÍSTICAS DO MODELO AGROINDUSTRIAL E DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES ALTERNATIVOS

Para Paulo Eduardo Moruzzi Marques, um dos orientadores da pesquisa e professor da Esalq, o trabalho de Morgane Retière é rico e muito consistente, além de permitir a renovação de parcerias internacionais como aquela do Programa de Pós-Graduação Interunidades (Cena-Esalq) em Ecologia Aplicada com a Université Paris 8, Vincennes-Saint Denis. Ele considera o percurso acadêmico de Morgane exemplar e isso pode ser confirmado pela atribuição à sua tese do Prêmio Tese USP Destaque, 2023, na categoria Grande Área Interdisciplinar, que premiou trabalhos originais e relevantes para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social.

Logo após a defesa da tese, Morgane se tornou professora da Université Paris 10 Nanterre, passando a atuar no Laboratoire Mosaïques, unidade de investigação reconhecida pelo Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS).

Quanto ao conteúdo da tese, o professor Marques diz se tratar de um estudo estimulante sobre a ação pública relativa à alimentação escolar, que pode ser considerada como alavanca indutora de processos de transição social e tecnológica para sistemas agroalimentares alternativos.

Escrita em português e francês, a tese Políticas de abastecimento da alimentação escolar no Brasil e na França: a transição dos sistemas agroalimentares posta à prova das metrópoles foi elaborada sob a orientação do professor Paulo Marques (PPGI-EA/USP) e Nathalie Lemarchand (Université Paris 8).

Para Morgane Retière, os resultados do estudo mostram a importância de se ter um marco legal que seja favorável ao desenvolvimento territorial sustentável. Isso aparece particularmente nas áreas metropolitanas que estão distantes do mundo agrícola em termos geográficos e relacionais e cujos recursos locais nem sempre são suficientes, por si só, para impulsionar a relocalização dos sistemas de abastecimento. Essas leis aumentariam as margens de manobra dos atores locais e legitimariam alternativas agroalimentares que precisam de apoio para existir ante as lógicas agroindustriais que estão em posição dominante. ■

Estudo destaca importância do programa de alimentação escolar para comércio familiar



Participação de pequenas empresas entre abastecedores do Programa Nacional de Alimentação Escolar contribui para a economia local e a manutenção da segurança alimentar de estudantes

Por **Camilla Almeida**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 1954, é um dos mais antigos e importantes instrumentos visando à oferta de alimentação saudável para milhões de estudantes brasileiros. Pesquisadores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP) da USP analisaram a rede de abastecimento do programa no estado de São Paulo entre os anos de 2013 e 2017, mostrando que é possível alinhar políticas de desenvolvimento econômico com as de segurança alimentar.

Responsável por amparar mais de 41 milhões de crianças e adolescentes, o PNAE é gerenciado pelos próprios municípios, que devem destinar a quantia em dinheiro ou realizar a

compra direta de alimentos para as escolas. O estudo analisou notas fiscais presentes nas prestações de contas das prefeituras para ter acesso a informações sobre os produtos e seus produtores. “Com esses dados, fiz uma rede social dos municípios e fornecedores. Eu comecei a ver que certas empresas ficaram muito grandes na rede, já que tinham muitas menções. Eram grandes organizações que você já conhece, já escutou o nome em algum lugar”, conta Denise Boito Pereira da Silva, primeira autora da pesquisa, ao *Jornal da USP*.

Com relação a esses fornecedores, a pesquisadora observou certas repetições nos alimentos ofertados e percebeu a maciça presença de produtos industrializados e com baixo valor nutricional.

“Consegui visualizar que os municípios que tinham comprado desses

grandes fornecedores não tinham quase nada de produtos in natura. Vinculados a eles eram só produtos processados”, diz Denise da Silva.

De acordo com a pesquisadora, a real prevalência no PNAE é de pequenas empresas e comércios familiares, que se destacam pelo suprimento de alimentos naturais e livres de agrotóxicos. Além disso, a compra de insumos vindos do comércio familiar fomenta o desenvolvimento econômico da região ao gerar uma demanda para esses produtores.

“O que eu consegui ver foi uma grande quantidade de fornecedores pequenos e locais, majoritariamente não vinculados à agricultura familiar. E que a grande maioria deles fornecia para apenas um município”, relata a pesquisadora. Alterações feitas no PNAE ao longo dos anos buscaram potencializar os benefícios trazidos pelo programa para o desenvolvimento regional. “A exemplo disso, temos a promulgação da Lei nº 11.947, de 16/6/2009, que, além de proibir a compra de determinados alimentos ultraprocessados, como salsicha e macarrão instantâneo, também determina o investimento de 30% do orçamento na compra direta de agricultores familiares e pequenos fornecedores.”



Divulgação

“Com esses dados, fiz uma rede social dos municípios e fornecedores. Eu comecei a ver que certas empresas ficaram muito grandes na rede, já que tinham muitas menções. Eram grandes organizações que você já conhece, já escutou o nome em algum lugar”

“A lei foi criada para regulamentar o PNAE. Seu principal objetivo era o fornecimento de uma alimentação mais saudável para os escolares. Mas também se sabia e discutia-se seu efeito colateral sobre a segurança alimentar através do fortalecimento da agricultura familiar e do estímulo às compras locais”, afirma Denise da Silva.

“Eles não têm valor nutricional natural, a não ser quando são adicionadas algumas vitaminas e minerais, o que não torna esses alimentos mais saudáveis. O ultraprocessado fortificado ou enriquecido continua sendo o ultraprocessado”, diz ao Jornal da USP Marly Augusto Cardoso, professora do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP. Ela destaca também os perigos de uma dieta baseada em alimentos industrializados. “São vários os efeitos adversos no curso da vida, mas principalmente doenças cardiovasculares e diabetes estariam relacionadas aos compostos químicos presentes nesses alimentos”, afirma a professora.

Os produtos oriundos da agricultura familiar e do comércio local, por outro lado, se mostram como opções saudáveis para as crianças, com um variado leque de frutas e vegetais produzidos com

menos fertilizantes, adubos químicos e agrotóxicos. De acordo com Marly Cardoso, a alimentação saudável durante a infância e adolescência se torna ainda mais fundamental se considerada a demanda por vitaminas e nutrientes essenciais para o desenvolvimento neurológico e físico.

“Essa alimentação não só potencializa o desenvolvimento neurológico e o crescimento, mas funciona como um investimento que a sociedade faz no capital humano do seu povo. O investimento na nutrição na infância vai possibilitar indivíduos adultos mais inteligentes e saudáveis, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do País”, diz a docente da FSP.

POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS

João Luiz Passador, orientador da pesquisa e coordenador do Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas (GPublic) da FEA-RP, vê o Programa Nacional de Alimentação Escolar como um ótimo exemplo de política pública integrada – aquela que considera as necessidades em múltiplos níveis, como o econômico e o social, daqueles grupos que mais necessitam dela para sobreviver dignamente. “Não, não existe política pública isolada: sempre irá haver um conjunto de ações do governo para lidar com determinada problemática”, afirma o pesquisador.

Neste caso, o PNAE funciona como uma das ações que realizam a manutenção da segurança alimentar, permanência estudantil e bem-estar social. “Ao redor da escola deve gravitar uma órbita de outras políticas para garantir os melhores resultados: habitação, mobilidade, saúde, cultura e lazer, e assim por diante”, diz Passador. Na esfera econômica, o programa auxilia na garantia de compra e demanda aos agricultores familiares, contribuindo na continuidade da atividade ao gerar renda para esses produtores.

O pesquisador ressalta ainda a dificuldade na obtenção de dados e na formulação de políticas públicas unificadas em nível nacional. “O trabalho da Denise tem essa importância de produzir informação de origem científica que pode se transformar em tecnologia social, em decisões efetivas. Ele ajuda a pensar em potencializar os resultados do programa”, explica. ■

Brasil pode superar subdesenvolvimento através da agricultura familiar?



Programa Terra da Gente, que pretende assentar 295 mil famílias agricultoras até 2026, é aposta do governo para superar um dos mais graves problemas sociais e econômicos do país

Por **David Carlos Acácio** e **Ludmila Zeger**

O Brasil vive um novo capítulo na pauta da reforma agrária. No dia 15 de abril, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) lançou o programa Terra da Gente, que pretende assentar 295 mil famílias agricultoras até 2026. Nesse contexto, o que o Brasil pode aprender com a distribuição de terras na China?

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, disse que o governo está empenhado na redução dos conflitos rurais e que vai intensificar a política de reforma agrária.

Para cumprir a demanda, está previsto um orçamento de R\$ 520 milhões para a aquisição de imóveis pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), segundo o ministro. No ano passado, 50,9 mil famílias foram integradas ao programa de reforma agrária. A previsão atual é que quase 300 mil sejam assentadas até

2026.

Ao defender as políticas de assentamento, Teixeira frisou a importância do processo como essencial para "ter paz no campo".

Para a professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenadora do LabChina, Isabela Nogueira, a reforma agrária no Brasil significa, sobretudo, romper com o subdesenvolvimento.

A especialista vê como imprescindível colocar o agricultor familiar como figura central para a transformação da questão agrária no país.

"Enquanto a gente continua colocando o grande agronegócio no centro da política de desenvolvimento brasileira, a gente tende a reproduzir a nossa condição periférica de agrário exportador, de vendedor de commodities", argumenta.

Para mudar a rota, o Brasil pode aprender com parceiros importantes, como o caso da China, que, historicamente, passou por processos de distribu-

ção da terra para as famílias de camponeses ao longo do século XX.

"A China, quando fez a sua reforma agrária, focou no camponês, entendeu que a transformação da sua condição era irrevogável para o processo de desenvolvimento de maneira alargada, para a superação do subdesenvolvimento", disse.

COMO ACONTECEU A REFORMA AGRÁRIA NA CHINA?

Segundo Nogueira, para entender os processos da distribuição de terras para famílias camponesas e o investimento do Estado chinês na agricultura familiar, é necessário compreender o contexto histórico do país asiático.

"A China iniciou suas reformas agrárias em 1979. Ela vem de uma experiência socialista, que veio lá da era maoísta, desde a Revolução em 1949 até a morte de Mao em 1976, o que significa dizer que ela vem de um processo de coletivização da terra."

A partir de 1979, a China começa a criar pequenas unidades familiares, de menos de um hectare por família, em uma distribuição considerada "muito igualitária", de acordo com a especialista, para um país onde 80% da população vivia na zona rural.

"Isso trouxe um impacto inicial em termos de redução da pobreza extraordinário, então a reforma agrária chinesa



Divulgação

"Enquanto a gente continua colocando o grande agronegócio no centro da política de desenvolvimento brasileira, a gente tende a reproduzir a nossa condição periférica de agrário exportador, de vendedor de commodities"

em 1979 vai ser responsável pela maior redução na pobreza da história da humanidade. Segundo o Banco Mundial, são 400 milhões de pobres a menos ali no curtíssimo espaço dos sete anos iniciais das reformas na China, até 1986 mais ou menos", descreve.

Nesse sentido, Nogueira afirma que três pilares são importantes para entender a política chinesa: terra garantida para todas as famílias camponesas; instrumentos de preço que asseguraram que o Estado comprasse toda a produção desse camponês com preços subsidiados; processo de industrialização rural para gerar renda não agrícola.

"Esses três processos conjuntos — a terra em pequenos lotes de uso das famílias, eliminando a categoria do camponês sem-terra, um sistema de preços muito favorável à agricultura, garantindo a compra pelo Estado, com um sistema robusto de compras públicas assegurado pelo Estado e a industrialização rural — garantiram um enorme crescimento na produtividade agrícola, um enorme crescimento da renda nas zonas rurais, que efetivamente fizeram com que as reformas na China começassem pelos mais pobres da pirâmide social", resume.

O QUE O BRASIL PODE APRENDER COM A REFORMA AGRÁRIA DA CHINA?

Nogueira garante que o Brasil tem, sim, muito a aprender com a transformação agrária chinesa. A produção agrícola no gigante asiático cresce mais rápido do que no Brasil.

De acordo com João Pedro Stédile, economista e liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), uma das coisas que o Brasil deveria aprender com os chineses é o investimento em pequenas máquinas agrícolas para o trabalho na agricultura familiar.

"Qual é o segredo tecnológico que nos interessa para o Brasil? Nós, aqui no Brasil, temos 3 milhões de unidades

camponesas que não têm nenhuma utilização de máquinas", comenta, enquanto compara com a China que, segundo ele, tem cerca de 8 mil fábricas de máquinas agrícolas pulverizadas pelo país, o que facilita a chegada delas aos municípios.

"A nossa intenção, o que é? Fazer parcerias com as fábricas de máquinas chinesas para que eles transfiram a tecnologia. Aqui nós criaremos fábricas brasileiras com apenas a espécie de 'joint venture', onde os chineses entrarão com a tecnologia para nós conseguirmos construir máquinas pequenas que possam atender a esses milhões de agricultores familiares por todo o Brasil e, em especial, no Nordeste, que hoje estão à margem do acesso a máquinas agrícolas", prospecta.

Como o mercado brasileiro atualmente é controlado por cinco grandes empresas transnacionais, segundo Stédile, parcerias que permitam a venda de equipamentos agrícolas por valores mais acessíveis contribuem com o agricultor familiar.

Entre os maquinários, o líder do MST revela o interesse em tratores de pequeno porte. "Para você ter uma ideia, o menor trator disponível no mercado brasileiro, que é o da Agrale, custa R\$ 52 mil. [...] O trator chinês, pequenininho, de 20 cavalos, vai custar R\$ 10 mil. E é somente assim que o camponês pobre vai poder ter acesso, claro, a partir também de programas do governo", exemplifica.

Segundo Stédile, a reforma agrária e o investimento nos pequenos agricultores, responsáveis por 80% dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros, é um contraponto ao modelo do agronegócio, que classifica como "predador da natureza, que não gera emprego e não distribui riqueza".

No âmbito das relações entre Brasil e China, Nogueira avalia que o país asiático também ganharia com os avanços na distribuição de terra no parceiro sul-americano.

"A China tem avançado muito numa ideia de busca por uma agricultura que seja mais sustentável. Nisso, a agricultura familiar tem muito a oferecer com a sua produção orgânica", avalia.

"Então, por exemplo, uma parceria do pequeno, da agricultura familiar brasileira, em conjunto com uma agenda verde de preservação e daí vai, tem tudo a ver com o que são as prioridades da China neste momento", conclui a especialista. ■

CRA analisa criação de política de conectividade no campo

Projeto busca estimular melhoria da infraestrutura para ampliar conectividade na área rural

Da **Agência Senado**

Um projeto em análise no Senado busca ampliar a conectividade em áreas rurais. Apresentado pelo senador Jayme Campos (União-MT), o PL 1.069/2024 institui a Política Nacional de Conectividade no Campo. O texto está na Comissão de Agricultura (CRA), onde tem como relator o senador Alan Rick (União-AC).

De acordo com o projeto, a Política Nacional de Conectividade no Campo deve ser instituída pelo Executivo, que vai dispor sobre sua execução, metas e ações. A iniciativa será custeada por recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), nos termos de regulamentação específica, além de dotações orçamentárias da União e outras fontes de recursos, provenientes de entidades públicas e privadas.

Entre os objetivos do projeto, estão: facilitar e estimular a instalação de infraestrutura adequada para ampliar a conectividade no campo; promover a inovação de tecnologias para o agronegócio; estimular o uso de tecnologias digitais na cadeia de produção agrícola e incentivar a criação e o desenvolvimento de startups (empresas inovadoras de tecnologia para o agronegócio, conhecidas como agritech); ampliar as ações de capacitação profissional para uso de tecnologias digitais no campo; promover a inclusão digital dos estudantes de



escolas rurais.

Além disso, o texto traz como intenção a conjugação de esforços entre órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, do setor empresarial e da sociedade para promover a conectividade e o acesso às tecnologias digitais no campo. A iniciativa será complementar a outras políticas públicas de expansão do acesso à internet e ao uso de tecnologias digitais no campo, e não implica encerramento ou substituição dessas iniciativas.

CONECTIVIDADE ESSENCIAL

Ao apresentar o texto, Jayme Campos citou o estudo Cenários e Perspectivas da Conectividade para o Agro, divulgado pelo Ministério da Agricultura, que aponta a conectividade no campo como essencial para um salto na produção agrícola nacional. Ele explicou que a questão da conectividade no meio rural envolve não apenas aplicações dentro da

propriedade, mas também a maneira como o produtor se relaciona com suas redes de cooperação e comercialização de insumos e produtos.

“Além disso, é crescente a utilização de aplicativos de celulares para auxílio na orientação técnica e para compartilhamento de tratores, máquinas, equipamentos e de terceirização de serviços. Com a chegada da quinta geração de redes móveis (5G), a conectividade no campo promete elevar o agronegócio a novos patamares de inovação e competitividade no ambiente da chamada Agricultura 4.0.”, diz o autor na justificativa do projeto.

Depois da CRA, o texto ainda deve passar pela análise da Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD), em decisão terminativa. Isso significa que, se for aprovado pela comissão e não houver recurso para que seja analisado em Plenário, poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados. ■

Melhor produtividade e redução emissões de metano na pecuária de MT

Estudo financiado pelo Governo do Estado analisa uso de espécies de plantas nativas na alimentação de bovinos

Por **Widson Ovando**

Pesquisadores da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), em parceria com a Universidade Federal de São Carlos e o Centro de Energia Nuclear na Agricultura da Universidade de São Paulo (CENA/USP), conduzem um projeto visando melhorar a produtividade da pecuária e otimizar a emissão de gás metano em Mato Grosso. O estudo, intitulado “Novas Dietas para Bovinos com Base em Espécies Nativas na Amazônia Mato-grossense”, é financiado pelo Governo do Estado, pelo edital nº 010/2021 Pesquisa com Alto Nível de Maturidade Tecnológica (PANMT) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat).

O projeto concentra-se no uso de espécies nativas, como o “Amarelinho” (*Chloroleucon acacioides*) e o “Bordão de Velho” (*Samanea tubulosa*), na alimentação animal.

Segundo o coordenador do projeto, doutor Alexandre de Azevedo Olival, além dos possíveis benefícios nutricionais, o manejo correto dessas árvores nas pastagens pode melhorar o bem-estar animal e ter impactos positivos no solo e nas plantas forrageiras.

“É um importante passo para enfrentar os desafios da pecuária em Mato Grosso, onde podemos adotar práticas mais sustentáveis e eficientes, utilizando algumas espécies nativas na alimentação animal, com ótimos resultados,



Bovinos se alimentando com o fruto da espécie nativa "Amarelinho"»

fortalecendo assim o setor pecuário no estado”, destacou o pesquisador

A pecuária desempenha um papel essencial na economia de Mato Grosso, porém, muitas áreas de pastagens encontram-se degradadas, o que dificulta o sistema de produção a pasto e impacta negativamente a biodiversidade. Diante desse cenário, cresce o interesse por alternativas sustentáveis que possam aumentar a produtividade com baixo impacto ambiental.

O projeto é conduzido em três dimensões: avaliação da produção anual e características dos frutos das espécies estudadas, análise da composição dos frutos e dos processos de fermentação in vitro, e avaliação do desempenho e comportamento animal de novilhas alimentadas com os frutos.

Os resultados mostram que o uso do “Amarelinho” e do “Bordão de Velho” na dieta bovina não apenas reduz a emissão de metano, um dos principais gases de efeito estufa associados à pecuária, mas também aumenta o ganho de peso dos animais de corte, contribuindo para uma melhor eficiência produtiva.

A pesquisa representa um avanço significativo para a pecuária em Mato Grosso, oferecendo diretrizes práticas para a implementação eficaz dessas espécies na alimentação animal. O pesquisador destaca o papel fundamental da parceria entre instituições acadêmicas e o apoio de organizações como o Instituto Ouro Verde e a Cooperguarita, cooperativa que congrega coletores de sementes e produtores de leite em oito municípios no norte de Mato Grosso. ■

Equipamentos beneficiam 95 produtoras familiares e reforçam autonomia financeira

A Associação de Mulheres Agricultoras de São José dos Quatro Marcos recebeu do governo de MT kits agrícolas e de irrigação para melhorar produtividade

Da Pollyana Araújo

Associação Mato-Grossense das Produtoras da Agricultura Familiar Diversificada (Ampafad), situada em São José dos Quatro Marcos, recebeu um impulso do projeto Campo Sustentável, uma iniciativa da Secretaria Estadual de Agricultura Familiar (Seaf).

Ao todo, 95 produtoras de 14 comunidades rurais da região se dedicam ao cultivo de hortaliças, legumes e frutas, e encontraram na agricultura familiar não apenas uma fonte de renda estável, mas também um caminho para sua autonomia financeira.

A presidente da Associação, Marilene dos Reis Alves, destaca o impacto positivo dos equipamentos recebidos no desenvolvimento do trabalho das produtoras.

"A distribuição desses kits proporciona uma maior autonomia financeira para as produtoras, permitindo que elas gerenciem seus negócios de forma independente", disse.

“É gratificante ver como esses investimentos estão gerando impactos positivos, não apenas na economia local, mas também na qualidade de vida dessas mulheres e suas famílias”



Bovinos se alimentando com o fruto da espécie nativa "Amarelinho»

Entre os recursos fornecidos pelo projeto, estão 20 kits de irrigação, além de dois kits agrícolas compostos por roçadeira, motocultivador, adubadeira costal e perfurador de solo, e uma Fiat Strada, que têm possibilitado o cultivo e transporte de 47 tipos de produtos, incluindo melão, milho verde, acerola, berinjela, quiabo, abóbora e maxixe. Os kits agrícolas contam com recursos de emendas parlamentares.

Inicialmente voltada para atividades de corte e costura, a Ampafad migrou para a agricultura familiar. Hoje, as produtoras têm contrato para o fornecimento da produção para famílias em situação de vulnerabilidade pelo Programa de

Aquisição de Alimentos (PAA) e para a merenda escolar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e recebem apoio técnico da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer).

"É gratificante ver como esses investimentos estão gerando impactos positivos, não apenas na economia local, mas também na qualidade de vida dessas mulheres e suas famílias. Fortalecer a agricultura familiar é essencial para o desenvolvimento sustentável de nossa região", afirmou o secretário de Agricultura Familiar de Mato Grosso, Luluca Ribeiro.

No ano passado, foram entregues 31 kits agrícolas para associações de pequenos produtores, beneficiando mais de 500 famílias. Para este ano, devem ser entregues 207 kits. O projeto Campo Sustentável tem por objetivo possibilitar aos pequenos produtores aumentarem a sua capacidade de produção. ■

Lavouras inundadas trazem danos ainda incertos

As colheitas de 14%, 22% até 70% de algumas lavouras se perderam. E alagamentos e umidade trarão prejuízos futuros

Por **Patricia Faermann**

Soja, arroz, milho e feijão foram as lavouras do Rio Grande do Sul mais prejudicadas com as chuvas e enchentes no estado. Se 78% da área cultivada já foi colhida, danos ainda incertos e em fase de levantamento podem impactar em abastecimento futuro.

A conclusão é porque não somente uma porcentagem inferior – de 14%, 22% até 70%, dependendo da lavoura

– não tinha sido colhida e foi afetada, mas, principalmente, porque os alagamentos e excesso de umidade trarão prejuízos às novas safras.

Dados atualizados de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) dão conta de 1,177 milhão de hectares inundados no estado, desde o início das chuvas de maio. Destes, 169 mil hectares são de soja e 168 mil de cultivo de arroz.

Segundo a Emater do estado, res-

ponsável pelos planejamentos e operacionalização do setor agrícola, faltava a colheita de 14% das lavouras de milho, 16% de arroz, 22% de soja e, da safra da cultura de feijão, 70% não estavam prontos para a colheita.

Toda essa produção foi afetada. Com as áreas inundadas ou isoladas, os números ainda são indefinidos. As perdas e prejuízos ficarão claros após passarem as enchentes. Mas a Emater calcula, ao menos, R\$ 50 milhões de prejuízo no setor.

Há municípios em que as máquinas conseguiram entrar nas lavouras e colher o que restou da cultura. É o caso de Joia, no noroeste gaúcho, que detinha 10% dos 80 mil hectares de soja ainda sem colheita. Com a umidade e as chuvas, os grãos colhidos nesta semana estão sem condições de serem comercializados.

Em um primeiro momento, a entidade não avalia que haverá problemas de abastecimento destes produtos. Isso porque as safras anteriores, que já foram colhidas, são suficientes para o abastecimento. Riscos como a umidade e perda de lavouras, e a necessidade de recuperação total das terras trarão prejuízos, ainda a avaliar, e com possibilidade de impacto no abastecimento posterior. ■

Dados atualizados de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) dão conta de 1,177 milhão de hectares inundados no estado, desde o início das chuvas de maio. Destes, 169 mil hectares são de soja e 168 mil de cultivo de arroz

A importância do produtor rural na preservação do Cerrado

A segundo maior bioma brasileiro em extensão, atrás somente da Amazônia, o Cerrado abrange uma área de 198,45 milhões de hectares (Mha), sendo 102,5 Mha de vegetação nativa. Ou seja, 51,7% de seu território já foi convertido em agropecuária e áreas urbanas.

Porém, é interessante notar que 88,9% desta vegetação nativa está preservada em imóveis rurais privados. São 56,9 Mha em excedente de Reserva Legal (RL) das fazendas somados aos 34,2 Mha de Área de Preservação Permanente (APP) + RL, que equivalem a um total de 91,1 Mha.

Isso nos traz uma reflexão importante quando observamos também a expansão da soja no Bioma e as áreas antropizadas, aquelas cujas características originais foram alteradas.

Ao longo das últimas nove safras, a área de soja no Cerrado cresceu 49%, passando de 15,5 Mha em 2013/14 para 23,1 Mha em 2022/23, equivalente a 11,7% da área do Bioma e 50,1% da área de soja do Brasil. Especialmente nos últimos três anos, a cultura apresentou um incremento de 4,36 Mha, mas apesar do crescimento em relação a períodos anteriores, a expansão majoritária (95,1%) ocorreu sobre áreas de pastagem, pousio ou por meio de rotação com culturas, sendo de apenas 4,9% a conversão de vegetação nativa.

As informações são do relatório de análise geoespacial do Cerrado, desenvolvido pela Serasa Experian em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). O levantamento mostra ainda que a porção antropizada (94,6 Mha, 47,7% do Bioma) possui 23,1 Mha cultivados com soja; 21,0 Mha de pastagem aptas para o cultivo da oleaginosa e 19,4 Mha sob outros usos que, eventualmente, podem rotacionar com soja (cana, algodão, pousio etc.). Essas áreas são suficientes para duplicar a área plantada com soja no bioma sem expandir sobre vegetação nativa.

Os demais 23,95 Mha antropizados não possuem aptidão agrícola para sojicultura, porém exercem um papel importante no processo de intensificação da pecuária e outros usos, que libera áreas de pastagens aptas para expansão da soja livre de desmatamento.

Agora, chamamos atenção para a porção de vegetação nativa do Cerrado, os 19,4 Mha classificados como excedente de Reserva Legal com aptidão para soja, dos quais 4,55 Mha estão nos imóveis com soja. Sim, para dentro das porteiras dos sojicultores.

Visto que estes “estoques” de vegetação nativa podem se esgotar em algum momento, é necessário fomentar



Divulgação

mecanismos de incentivo à produção alicerçados com melhores práticas para ganho de produtividade e valorização da vegetação nativa nos imóveis particulares.

Uma das principais alternativas é o pagamento por serviços ambientais – PSA, ferramenta estratégica para proteção das áreas privadas com excedente de vegetação nativa, à medida que dá ao proprietário da terra uma alternativa de remuneração pela área preservada. Isso atende aos interesses de ambientalistas, produtores, indústria, mercados internacionais e de toda a sociedade. Combina desenvolvimento com preservação do patrimônio natural.

Em paralelo, a cadeia da soja segue investindo para combater o desmatamento ilegal no Bioma, visto que a governança ambiental pública não consegue embargar boa parte dos desmatamentos ilegais e quando embarga, infelizmente, de acordo com estudo recente do INPE, estas áreas não chegam a 15% de recuperação vegetal.

Um exemplo é o Controle de Supressão Autorizada (CSA), compromisso das empresas comercializadoras de não adquirir ou financiar soja cultivada em áreas desmatadas sem Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) no Cerrado a partir de 01 de agosto de 2020 (“data de corte”), com compromisso para a safra de 2022/23 em diante.

De fato, a opção de conversão de vegetação nativa apta para soja deve ser cada vez menos adotada no campo em função de questões ligadas à perda de biodiversidade, escassez dos recursos hídricos e emissão de gases de efeito estufa, além da crescente pressão exercida pelo mercado consumidor para aquisição de produtos livres de desmatamento. Por exemplo, o novo Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento - EUDR não permitirá a importação de soja produzida em desmatamentos pós-2020.

O Cerrado é a bola da vez. Sua preservação é urgente e tem implicações jurídicas. ■

“Chamamos atenção para a porção de vegetação nativa do Cerrado, os 19,4 Mha classificados como excedente de Reserva Legal com aptidão para soja, dos quais 4,55 Mha estão nos imóveis com soja”

Bernardo Pires - diretor de Sustentabilidade da Abiove. **Pedro Moré Garcia** - coordenador de Sustentabilidade da Abiove. **Bernardo Rudorff** - gerente executivo de P&D da Serasa Experian



NEWLINE
SISTEMAS DE SEGURANÇA



Mudou e precisa de um
Sistema de Segurança inteligente?

Conte com a New Line

RDM
REDE DE MÍDIAS

28
anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!

BRASÍLIA-DF

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@ midia@revistardm.com.br

RIO DE JANEIRO-RJ

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@ midia@revistardm.com.br

SÃO PAULO-SP

📍 Alameda Santos, 1817 Cj 112 - Cerqueira Cesar
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@ midia@revistardm.com.br

CUIABÁ-MT

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@ midia@revistardm.com.br